

# Arqueologia Urbana e História Local

Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho

*Joaquina Soares (Coord.)*

AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal

MAEDS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal

FIDS - Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal

# FÓRUM INTERMUSEUS DO DISTRITO DE SETÚBAL

## FIDS

---

### ALCÁCER DO SAL

Museu Municipal de Alcácer do Sal  
Câmara Municipal de Alcácer  
do Sal

---

---

### SANTIAGO DO CACÉM

Museu Municipal de Santiago  
do Cacém / Câmara Municipal de  
Santiago do Cacém

---

---

### ALCOCHETE

Museu Municipal de Alcochete  
Câmara Municipal de Alcochete

---

---

### AMRS/MAEDS

Associação de Municípios da Região  
de Setúbal / Museu de Arqueologia e  
Etnografia do Distrito de Setúbal

---

---

### SEIXAL

Município do Seixal  
Ecomuseu Municipal

---

---

### ALMADA

Museu Municipal de Almada  
Câmara Municipal de Almada

---

---

### MOITA

Departamento de Acção  
Sociocultural  
Câmara Municipal da Moita

---

---

### SESIMBRA

Museu Municipal de Sesimbra  
Câmara Municipal de Sesimbra

---

---

### BARREIRO

Serviços Culturais  
Câmara Municipal do Barreiro

---

---

### MONTIJO

Museu Municipal do Montijo  
Câmara Municipal do Montijo

---

---

### SETÚBAL

Museu Municipal de Setúbal  
Câmara Municipal de Setúbal

---

---

### GRÂNDOLA

Serviços Culturais  
Câmara Municipal de Grândola

---

---

### PALMELA

Museu Municipal de Palmela  
Câmara Municipal de Palmela

---

---

### SINES

Museu Municipal de Sines  
Câmara Municipal de Sines

---

# NOTA DE ABERTURA

Com a presente publicação, comemorativa do II centenário do nascimento de João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897), abre-se mais uma larga janela sobre a Arqueologia e História da nossa Região.

Almeida Carvalho deixou um extenso legado de Apontamentos sobre a História de Setúbal, hoje no Arquivo Distrital de Setúbal, cujos documentos originais viriam a perder-se no incêndio dos Paços de Concelho, de 1910. A sua preocupação com o registo da memória colectiva da cidade onde nasceu levá-lo-ia também a atravessar o Sado e a procurar sob as dunas de Tróia um Passado mais longínquo, a cidade de filiação romana.

Ser-me-ia impossível nesta breve nota dar uma ideia, mesmo que resumida, da vida e obra do homenageado, que Setúbal e a Região puderam revisitar através de variada e extensa programação cultural planeada e concretizada desde 11 de Março de 2017 a 9 de Março de 2018 e na qual a Associação de Municípios da Região de Setúbal desempenhou um papel relevante através do seu museu.

Congratulamo-nos, pois, pela activa participação do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), em parceria com um variado conjunto de organismos públicos como a Câmara Municipal de Setúbal, a União de Freguesias de Setúbal, Junta de Freguesia de S. Sebastião, Arquivo Distrital de Setúbal, e associações culturais como a Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão e a Universidade Sénior de Setúbal.

Actualizar a informação, produzir conhecimento e divulgá-lo é sem dúvida a forma mais nobre de cuidarmos do nosso património, mas também uma via indispensável para a construção do desenvolvimento integrado da nossa Região.

**Rui Garcia**

(Presidente do Conselho Directivo da Associação  
de Municípios da Região de Setúbal)

# FICHA TÉCNICA

## Edição

Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)  
Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal  
(MAEDS)  
Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS)

## Direcção

Rui Garcia (Presidente do Conselho Directivo da AMRS)

## Coordenação Editorial

Joaquina Soares

## Conselho Científico

António Nabais  
Carlos Marques da Silva  
Carlos Tavares da Silva  
João Luís Cardoso  
Mário Varela Gomes  
Victor S. Gonçalves  
Vitor Serrão

## Conselho Redatorial

Antónia Coelho-Soares  
Elsa Afonso  
Fátima Afonso  
Fernanda Pinho  
Fernanda do Vale  
João Ventura  
Luís Pequito  
Lurdes Lopes  
Maria Ana Judas  
Marisol Ferreira  
Michelle Santos  
Miguel Correia  
Sandra Coelho  
Susana Duarte  
Vitor Mestre

## Secretariado e correspondência

Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal  
Avenida Luisa Todi, 162 2900-451 Setúbal (Portugal)  
Tel.: +351 265 239 265 / +351 939 553 004  
E-mail: maeds@amrs.pt  
Site: www.maeds.amrs.pt  
Blog: www.maedseventosactividades.blogspot.com  
Copyright - Direitos reservados pelos autores e MAEDS.  
Interdita a reprodução de imagens.

## Capa

“Natureza Morta” (garrafaria do séc. XVIII). Foto de Rosa Nunes.

## Execução gráfica

Ana Castela  
Paula Covas

## Impressão e acabamento

Tipografia Belgráfica

## Depósito Legal

450333/18

## ISSN

1645-0553

## Tiragem

300 exemplares  
Disponível online em: <http://maeds.amrs.pt/musa.html>

Setúbal, 2018

# EDITORIAL

## ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA. AINDA O LEITO COMUM?

O presente volume de *Musa: Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios* afasta-se formalmente, mas não na temática, do modelo até agora seguido. Nele se publicam as Actas do Encontro sobre *Arqueologia Urbana e História Local* de Homenagem ao Historiador e Arqueólogo João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897).

As actas celebram a memória de uma personalidade relevante, e renovam a aliança entre Arqueologia e História, assumindo, porém, o corte epistemológico com a tradicional subalternidade da primeira disciplina em relação à segunda. Ambos os domínios convivem agora em fraterna paridade.

Como é do conhecimento geral, a Arqueologia científica radicou as suas origens na Geologia, em Portugal no seio da Comissão Geológica, fundada em 1857 e muito particularmente nos trabalhos de Carlos Ribeiro, a quem se devem, na nossa região, a primeira carta geológica e as primeiras escavações na necrópole pré-histórica de hipogeus da Quinta do Anjo.

Carlos Ribeiro assumiu claramente estatura internacional ao liderar a reunião em Lisboa do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas em 1880.

Porém, sobretudo entre 1930 e o final da década de 1960, a Arqueologia viria a subordinar-se à História. Após a revolução democrática de 25 de Abril/74 e a institucionalização da Arqueologia como domínio autónomo, com licenciatura própria, este campo disciplinar criou alianças estratégicas com as chamadas arqueociências (ciências da natureza, física, química, genética)<sup>1</sup>.

Superada a etapa de estagnação historicista, a Arqueologia soube, sem complexos de menoridade, ombrear “fraternalmente” com a História no estudo das sociedades humanas e suas temporalidades. Ultrapassou mesmo a sua

dedicação aos períodos de sua “exclusiva” responsabilidade ou quase (Pré-história, Proto-história e Antiguidade Clássica), para se debruçar sobre as sociedades medievais, modernas e contemporâneas. E perante algum questionamento sobre o interesse da Arqueologia da contemporaneidade, há autores que defendem uma Arqueologia contemporânea de compromisso ético: *Archaeology has a new ethical commitment: to recover evidence of the existence of the victims not just for therapeutic and juridical reasons, but for historical reasons as well. We cannot return them to life, but we can reintegrate them to the time of history from which they were expelled*” (González-Ruibal, 2016, p. 19)<sup>2</sup>

Recorrendo ao conceito-chave, específico da Arqueologia, de *tempo dos materiais* e à ideia de *heterocronologia*<sup>3</sup>, indispensável à compreensão da sobremodernidade que habitamos, vão perdendo sentido as fronteiras impostas pelas rígidas comportas que pretendem separar a Arqueologia pré-histórica da histórica ou da contemporânea; o acento tónico coloca-se no pensamento e acção arqueologicamente informados, porque na realidade trabalhamos dentro de um tempo múltiplo, desafiando ou desconstruindo realidades sociais que nos antecederam, complexas e também elas multitemporais.

Semelhante reflexão tem ocorrido na História<sup>4</sup>; o alargamento das suas fontes e temáticas, através de caminhos tradicionalmente pouco pisados, como a imprensa periódica ou os relatos orais de experiências vividas, ficam bem expressos neste volume.

Finalmente, na sua diversidade, a presente publicação homenageia justamente um dos mais ecléticos criadores intelectuais setubalenses de oitocentos, João Carlos d'Almeida Carvalho, cujas obra e actividade cívica continuam, volvidos quase duzentos anos, a inspirar as concepções humanistas dos nossos dias.

**Joaquina Soares**

(Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal)

---

1 - Ver a propósito: Martín-Torres, M.; Killick, D. (2015) - Archaeological Theories and Archaeological Sciences. In A. Gardner; M. Lake; U. Sommer (eds.), *The Oxford Handbook of Archaeological Theory*.

2 - González-Ruibal, A. (2016) - Archaeology and the Time of Modernity. *Historical Archaeology* 50(3), p. 144-164.

3 - Leduc, J. (1999) - *Les historiens et le temps*. Paris: Seuil.

4 - Le Goff, J. (2014) - *Faut-il vraiment découper l'histoire en tranches?* Paris: Seuil.

# ÍNDICE

<b>Nota de Abertura</b>	<b>03</b>
Rui Garcia	
<b>Editorial</b>	<b>05</b>
Joaquina Soares	
<b>No II Centenário do Nascimento de João Carlos D’Almeida Carvalho (1817-1897)</b>	<b>08</b>
Horácio Pena	
<b>Arqueologia Urbana e História Local</b>	<b>16</b>
<b>Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Arronches Junqueiro, 32-34</b>	<b>17</b>
Carlos Tavares da Silva, Antónia Coelho-Soares, Susana Duarte	
<b>Cerâmicas de paredes finas de <i>Salacia Urbs Imperatoria</i>. Recolhas de prospeção arqueológica</b>	<b>39</b>
Eurico Sepúlveda, Catarina Bolila, Marisol Ferreira	
<b>Fortificação Medieval de Setúbal. Identificação do núcleo defensivo da Ribeira ou “Castelo”</b>	<b>51</b>
Joaquina Soares, Teresa Rita Pereira, Susana Duarte, Carlos Mouro	
<b>Arqueologia urbana e o sismo de 1755. O contexto da Av. Luísa Todi, 170-178, Setúbal</b>	<b>79</b>
Joaquina Soares, Susana Duarte, Carlos Tavares da Silva	
<b>Silos de Francos e Portugueses em Vila Verde dos Francos – Alenquer</b>	<b>101</b>
Guilherme Cardoso, Luísa Batalha	

<b>O mundo numa casa. As importações no Espaço Cidadão (Palmela)</b>	<b>115</b>	<b>Atentado a Almeida Carvalho. (31 de agosto de 1855)</b>	<b>199</b>
João Nunes, Eduardo Porfírio, Michelle Teixeira Santos		Albérico Afonso, Carlos Mouro	
<b>O “Tombo da Câmara de Palmela” (séculos XIV-XIX). Da arqueologia dos documentos à arqueologia a partir dos documentos - um contributo de João Carlos de Almeida Carvalho</b>	<b>129</b>	<b>Fran Paxeco em Sesimbra</b>	<b>213</b>
João Costa		João Augusto Aldeia	
<b>Do cerimonial religioso ao aparato régio: o contributo de Almeida Carvalho para o estudo das celebrações em Setúbal na Época Moderna</b>	<b>141</b>	<b>A indústria de conservas de peixe em Setúbal durante a Grande Guerra (1914-1918): necessidades externas e ilusões transitórias</b>	<b>219</b>
Maria João Pereira Coutinho		Diogo Ferreira	
<b>A Roda dos Enjeitados</b>	<b>151</b>	<b>Notas sobre a indústria de curtumes setubalense</b>	<b>233</b>
Rogério Palma Rodrigues		Carlos Mouro	
<b>Referências literárias em acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense, de João Carlos de Almeida Carvalho</b>	<b>163</b>	<b>Antigas Quintas de Setúbal – Espaços Físicos e Sociais</b>	<b>245</b>
Fátima Ribeiro de Medeiros		Pedro Fernandes	
<b>Estado liberal e poder municipal: Almeida Carvalho e a reforma político-administrativa de 1855</b>	<b>179</b>	<b>A Importância da Memória Viva no Estudo da História Local. Uma Proposta para a sua Preservação</b>	<b>253</b>
Ernesto Castro Leal		Pedro Fernandes	
<b>O feriado municipal e a memória colectiva setubalense</b>	<b>187</b>	<b>Centenários Bocagianos, momentos de homenagem a um poeta singular (sécs. XIX-XX)</b>	<b>261</b>
Carlos Mouro, Horácio Pena		António Chitas	
		<b>“Hoje ninguém trabalha!” – Resistência operária no concelho do Seixal em 1943</b>	<b>271</b>
		Fátima Afonso, Fernanda Ferreira	

# Notas sobre a indústria de curtumes setubalense

Notes on the tannery industry in Setúbal

Carlos Mouro\*

## RESUMO

A historiografia da industrialização de Setúbal tem privilegiado os estudos em torno da actividade conserveira, o que se compreende dada a inegável importância desta actividade económica (e das suas subsidiárias) na vida da vila e, depois, da cidade, após as últimas décadas de oitocentos. Porém, outras pequenas indústrias floresceram na localidade, as quais estão hoje praticamente esquecidas. Apresentam-se dados sobre uma dessas indústrias: a de curtumes, que remonta à segunda metade do século XVIII, podendo considerar-se contemporânea da industrialização de Alcântara (Lisboa), no contexto do surto industrializante registado após a década de 1780, no período de governação de Pombal.

**Palavras-chave:** Curtumes; industrialização.

## ABSTRACT

The historiography of the industrialization of Setúbal has privileged the studies on the canning activity, which is understandable, given the undeniable importance of this economical activity (and its subsidiaries) in the life of the small town and, later of the city, after the last decades of the 19th century. Nevertheless, other small industries, which are practically forgotten now, flourished locally. Some data on one of those industries are presented here: the tannery industry, that goes back to the second half of the 18th century, can be considered contemporary of the industrialization of Alcântara (Lisbon), in the context of the industrializing surge recorded after the decade of the 1780's, during the government of Pombal.

**Keywords:** Leather; industrialization.

## PRIMÓRDIOS DA ACTIVIDADE EM SETÚBAL

Podemos encontrar, na toponímia local, testemunho indirecto do florescimento, no burgo sadino, da indústria de couros. É antigo, de facto, o topónimo “Alçaçarias”<sup>1</sup>, a designar uma vasta área a sul do actual Bairro Salgado e a nomear, mesmo, uma igualmente antiga artéria urbana, ali rasgada. Na primeira planta conhecida de Setúbal, datável de 1581-1583, “entre o Convento [de São João] e Palhais reconhece-se o lote da

Gafaria (Sobral, 2003), bem como a Rua das Alçaçarias, ainda subsistente” (Pereira, 1990, p.149<sup>2</sup>). Outro tanto sucede em levantamentos topográficos posteriores: Alexandre Massay, de 1621 (Bessa, 1990); João Gilot, de cerca de 1642; Maximiano José da Serra, de 1804 e de 1805, aos quais voltaremos, e outros<sup>3</sup>.

Ocupemo-nos, então, deste antigo topónimo – Rua das Alçaçarias. O substantivo “alçaçaria” tem vários

---

\* Investigador de História Local  
(cmbmouro@gmail.com)



significados. Assim, pode designar o “lugar ou fábrica, onde se curte e prepara toda a qualidade de peles e coiramas” (*Gr Enc Port e Bras*, s. v. “Alcaçaria”, p. 760) ou, segundo Rosa de Viterbo (1745[?]-1795), “o lugar onde se curtem as peles (...). O mesmo que *tanaria* ou *pelame*, lugar ou fábrica onde se curte e prepara toda a qualidade de peles e couramas” (Viterbo, 1999, p. 298-299). Segundo este mesmo autor, o termo pode ainda significar, em Espanha, “os lugares ou pequenas ruas onde os Judeus só podiam vender e comprar as coisas que lhes eram permitidas” (Viterbo, 1999, p. 299). O termo, aliás, deriva do árabe *alkaisaria*, de *Kaicer*, César. Para outros autores, o termo *alcaçaria* é, em árabe, de origem grega, e significa mercado real – isto é, o principal de uma cidade – série de estabelecimentos comerciais agrupados e cobertos, bazar (*Gr Enc Port e Bras*, s. v. “Alcaçaria”, p. 760). Qualquer destas asserções é verosímil. Se atentarmos no facto de elas se referirem a uma indústria particularmente insalubre, como é a de curtumes, poluidora do ar e das águas, ou, por outro lado, à actividade de uma minoria étnica – os árabes –, forçosamente concluiremos o quão plausível seria a localização daquelas actividades, numa área marginal ao centro do burgo, fora do perímetro amuralhado, nas proximidades de terrenos “impuros”, por neles se haver instalado a já referida leprosoaria setubalense. Registe-se que a ocupação daquela zona pela indústria de curtumes se manteve até à segunda metade do século XIX, como veremos.

Como já foi reconhecido, “são escassos os dados sobre a produção ‘industrial’ na Setúbal dos séculos XIII a XV” (Braga, 1998, p. 129). Ainda assim, datam da centúria de quatrocentos inequívocas referências ao “couro vacaril”, produzido na vila sadina, produto que (a par com as loiças e as mós) se exportava (Braga, 1998, p. 129).

A produção local, porém, não obviava à entrada de curtumes no burgo. No foral manuelino de Setúbal (1514) é referido, no capítulo LXXIX:

“E de todo o coiro de boi, ou vaca ou de pele de cervo, corso, gamo, bode, cabras, carneiros ou

ovelhas, curtidos ou por curtir [pague] dois ceitis e se vierem em bestas pagarão por carga maior nove réis e das outras por esse respeito” (Pimentel, 1877, p. 58).

No capítulo seguinte (LXXX) especifica-se:

“E na dita maneira de nove réis por carga maior, se pagará de sapatos borzeguins<sup>4</sup> e de toda outra calçadura de coiro da qual não pagará o que a comprar para seu uso e dos seus, nem dos pedaços de peles, ou coiro que para seu uso comprarem não sendo pele inteira, nem ilhargada, nem lombeiro, dos quais pagarão como no capítulo dos coiros se contém” (Pimentel, 1877, p. 59).

Também Almeida Carvalho (1817-1897), citando o *Livro da Vereação, de 1601*, ainda consultado no Arquivo Municipal local<sup>5</sup>, se refere à entrada na vila de couros importados, permitindo-se “a venda de sola de casca malhada, visto desta permissão não resultar prejuízo para o povo” (ADSTB, APAC, 19/22).

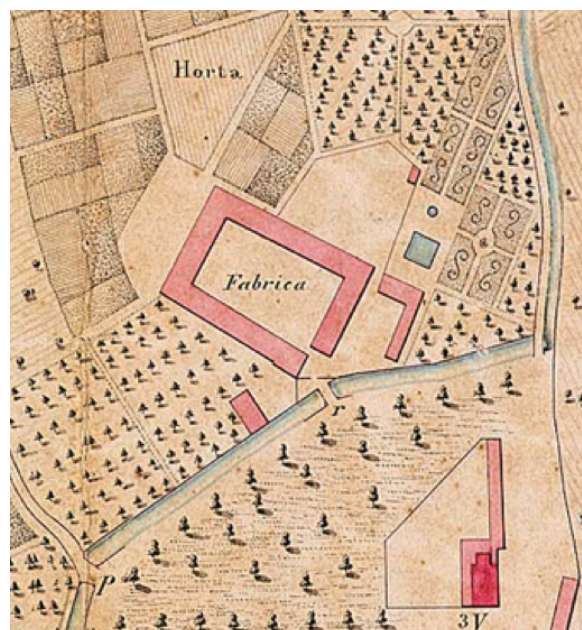
## A FÁBRICA DA SOLA

A “fábrica da sola” está claramente localizada em alguns documentos a que faremos referência: a norte do Campo do Bonfim, por detrás da ermida aí existente. Em finais da primeira década de oitocentos, segundo documento notarial, confrontava a quinta onde se inseria a dita unidade de curtumes com a horta dos herdeiros do Figueira e com parte da fazenda do Quadrado, a norte; com o ribeiro do Livramento<sup>6</sup>, a sul; com parte da fazenda do Quadrado, a este; com parte da fazenda de Algodeia e com a horta da Palmeira, a oeste (ADSTB, FN, Setúbal, 66/292: 16v-19). O vasto edifício daquela unidade está claramente representado em diversos levantamentos cartográficos de Setúbal, após os inícios de oitocentos. Numa *Planta da Praça e Vila de Setúbal* (Figs. 1 e 2) ao edifício em causa está, mesmo, aposta a legenda: “Fábrica”<sup>7</sup>. Nas imediações registou-se uma “Horta”, o ribeiro cortado por duas pontes (identificadas como “P – Para Algodeia” e “r – da Saboaria”<sup>8</sup>). Esta localização era, aliás, ideal para uma unidade industrial do género. Em primeiro lugar, os



Fig. 1 - Planta da Praça e Vila de Setúbal levantada, em 1804, por Maximiano José da Serra, coronel do Real Corpo de Engenheiros e desenhada por Caetano José Vaz Parreiras, 2.º tenente do mesmo Corpo, em 1820 (Arquivo Militar).

Fig. 2 - Pormenor do levantamento cartográfico, revelando a localização exacta da “fábrica da sola”.



terrenos em causa ficavam afastados da povoação, circunstância conveniente para uma actividade poluente como é a dos curtumes. Depois, sublinhe-se a presença de um curso de água, a qual era fundamental para a mesma manufactura.

Num outro notável levantamento cartográfico, executado pelo mesmo engenheiro, em 1805, o mesmo edifício volta a estar representado, ainda que sem legenda – a norte da igreja do “Senhor do Bonfim”, como ali se lê –, emoldurado de pomares e de outros terrenos

de cultivo. As duas pontes sobre o ribeiro voltam a ser representadas e, agora, mais correctamente nomeadas: “Ponte da fábrica” (b) e “Ponte do pomar” (c).

A situação descrita repete-se na *Planta da Vila de Setúbal. 1810*<sup>9</sup>; numa outra *Planta da Vila de Setúbal*, datada de 1816; e na *Planta das fortificações da Vila de Setúbal*, que por ordem de S. M. F. o Duque de Bragança, levantou o 2.º Tenente do Real Corpo de Engenheiros Caetano Alberto Maia, no ano de 1834.

A unidade de curtumes setubalense que nos ocupa – vulgarmente designada por “fábrica da sola” – remonta à segunda metade do século XVIII, podendo considerar-se contemporânea da industrialização de Alcântara (Lisboa) onde, também por essa época, se instalaram unidades do género e cujos destinos, aliás, se cruzariam, da forma que veremos.

Inserem-se estas fundações (e outras) no contexto do surto industrializante registado após a década de 1780, no período de governação de Pombal.

A manufactura sadina instalou-se, como vimos, a norte do Campo do Bonfim, por detrás da ermida aí existente, sob a invocação do Anjo da Guarda e, depois, pelo Senhor Jesus do Bonfim (Bento, 1993, p.221-226, e Pimentel, 1877, p. 194-196). A manufactura pertenceu, primeiro, a Luís Lassance que a desenvolveu após 1773, à sua custa. Passou, posteriormente, ao sobrinho e genro deste, Lourenço Lassance. Uma Provisão régia, de 7 de Julho de 1789, concedeu à dita unidade fabril os privilégios que as demais do Reino gozavam. Permitia-se a colocação das Armas Reais sobre a porta da fábrica, entre outras mercês aos proprietários e aos operários (Portela, 1915, p. 31)<sup>10</sup>. À época era considerada das mais importantes unidades de curtimenta de quantas existiam em Portugal. A prosperidade da manufactura setubalense a que nos referimos, sob a direcção de Luís Lassance, terá contribuído para que a este, como “erector da fábrica de sola, atanados e marroquins na vila de Setúbal” fosse concedido o poder domiciliar-se na então vila da foz do Sado, por uma Provisão datada de 9 de Setembro de 1793, “ouvido o corregedor José Henriques de Andrade Protes Pereira

de Sampaio” e visto um anterior acórdão municipal de 1789 (ADSTB, APAC, 21/3).

Mais tarde, Lourenço Lassance pediria para a fábrica que houvera de seu tio e sogro os privilégios que a estes haviam sido concedidos. O requerimento seria atendido pela Provisão de 26 de Novembro de 1800. Segundo este documento, podia o proprietário:

“... colocar as reais armas no pórtico da fábrica; e que esta e todas as pessoas empregadas nela fossem isentas de toda a jurisdição civil e criminal e imediatamente subordinados à Real Junta do Comércio, tendo por seu juiz privativo o juiz de fora da vila de Setúbal, com apelação e agravo para o juiz conservador do mesmo tribunal em todas as causas contenciosas; que o senhorio da fábrica e seus administradores, caixeiros e mais pessoas que nela se ocupassem gozassem da aposentadoria passiva, que lhes [não?] pudessem ser tomados nem embargados carros nem cavalgadas que se empregassem no serviço da fábrica excepto quando preciso para o real serviço do monarca, e para servidura em nome d’El Rei pelos ministros deputados, da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Reino” (ADSTB, APAC, 19/43 e 21/3).

Após o falecimento de Lourenço Lassance procedeu-se à partilha dos respectivos bens (pelo Juízo do Geral de Setúbal e cartório do escrivão João José de Faria): a quinta em que estava instalada a “fábrica da sola”, a única então existente em Setúbal, bem como três terrenos anexos, conjunto herdado que confrontava com a horta dos herdeiros do Figueira e parte da fazenda do Quadrado, pertencente a Pedro Nicolau Berlas (a norte); com o ribeiro do Paraíso que corria junto da fazenda e do rossio do Bonfim (a sul); a nascente a propriedade confinava com outra parte da fazenda do Quadrado, pertencente ao já referido Berlas; a poente, com a fazenda de Algodeia, de Luís Monteiro e com a horta da Palmeira. A 27 de Fevereiro de 1819 Carlos O’Neill<sup>11</sup> comprou a Henrique Lassance<sup>12</sup> a fábrica da sola e a propriedade onde esta se erguia, por 10 contos de réis, pois que:

“...conhecendo ele [Henrique Lassance] não ter fundos suficientes para conservar e aumentar a dita fábrica e que por isso poderia vir a ficar tão arruinada

que sentisse grande diminuição o seu actual valor com prejuízo não só dele outorgante mas de todos os mais herdeiros e credores de comum acordo com o sobredito curador, o dr. Casimiro de Oliveira e Azevedo, assentavam ser útil fazer venda do mencionado prédio” (ADSTB, FN, Setúbal, 66/292: 16v-19).

O novo proprietário não tardou a interessar-se pelo desenvolvimento da unidade fabril que adquirira. Chamou a Setúbal um novo director para a sua fábrica, de apelido Broughton<sup>13</sup>, acompanhado de um seu filho – Roberto Broughton. Unia as duas famílias a origem irlandesa, dessa Irlanda tão abundante em couros, como testemunha José Acúrsio das Neves (1766-1834). (Neves, 1983, p. 134).

Na linhagem O’Neill contam-se elementos da mais antiga Nobreza irlandeza. Após o século XVI emigraram para Espanha, França e Portugal, no contexto da perseguição aos católicos, movida por Henrique VIII (1491-1547). John O’Neill (?-1788) – o pai de Carlos, antes referido – terá sido o primeiro a chegar a Portugal, por volta de 1740, estabelecendo-se como negociante.

Os Broughton, por seu turno, provinham de Cork e chegaram a Portugal em 1820. De facto, naquele ano, o já referido Roberto Broughton chegou a Lisboa na companhia de seu pai, quando este aceitara dirigir, em Alcântara, uma fábrica de curtumes coeva dos inícios da industrialização alcantarensa (*O Distrito*, 21-7-1887; Custódio, 1994, p. 32-34). Não apurámos a data exacta em que aqueles chegaram a Setúbal. Cremos que tal terá ocorrido entre 1820 (quando os Broughton aportaram a Portugal) e 1828 (quando Roberto Broughton fez baptizar, na freguesia de S. Sebastião, como filha de pais incógnitos, Maria do Resgate, fruto de uma sua “ilícita amizade com Fulana, mulher solteira”, filha que legitimaria, em 17 de Dezembro de 1836, por escritura assinada no cartório de José Matias Monteiro) (ADSTB, FN, Set, 73/328: 73v-74).

Em 1825 a unidade de curtumes de Carlos O’Neill era dirigida por seu filho Henrique<sup>15</sup>. Por outro lado, a aprazível Quinta do Bonfim, onde aquela se inseria, mereceu honras de visita régia: de facto, a 6 de Maio daquele ano, D. João VI (1766-1826, rei após 1816)

acompanhado das infantas D. Isabel Maria (1801-1876, regente entre 1826 e 1827) e D. Maria da Assunção (1805-1834) ali se deslocou.

“Quando na Primavera de 1825 D. João VI, acompanhado das infantas, visitou a quinta de Carlos O’Neill em Setúbal, também houve música. Mas foram as duas infantas que demonstraram os seus dotes com uma *canzonette*. João Carlos de Almeida Carvalho descreveria o episódio, baseando-se no testemunho coevo de seu próprio pai: ‘(...) Suas Altezas puseram-se ao piano, e tocando acompanharam umas modinhas com letra portuguesa que se cantaram oferecendo depois os papéis da música.’ Ficaria esse libreto bordado como memória – *Modinha/ Que as Sereníssimas Senhoras Infantas D. Isabel Maria e D. Maria da Assunção cantaram em 3 de Maio de 1825 em casa da Il.<sup>ma</sup> Srr.<sup>a</sup> D. Carolina O’Neill em Setúbal*” (Teixeira, 2006, p. 176. O autor cita documentação do Arquivo O’Neill).

A régia visita ficaria assinalada por uma lápida na Quinta das Machadas de Cima - residência da família O’Neill - que Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva registaram, num pioneiro estudo sobre as quintas locais:

“O Senhor Rey D. João VI, acompanhado pelas Sereníssimas Senhoras Infantas D. Isabel Maria e D. Maria D’Assumpção e da corte, foi recebido e hospedado nesta casa por seu proprietário Carlos O’Neill. Aos XXV de Maio de MDCCCXXV” (Soares e Silva, 1985, p. 17).

Em 1826, ainda sob a direcção de Henrique O’Neill, a fábrica empregava 80 operários (Teixeira, 2006, p. 25).

No ano imediato a fábrica prosperava, “fomentando muito, nesta parte, a indústria da povoação” (ADSTB, APAC, 18/1, citando o *Diccionario geográfico-estadístico de España y Portugal*, Tomo 8, de D. Sebastián Abiñano).

Dez anos depois, a quinta onde se instalava a fábrica pertencia à firma Torlades & C.<sup>a</sup>. De facto, a 16 de Dezembro de 1837 os fazendeiros Manuel de Oliveira e Joaquim José Monteiro tomaram-na de arrendamento, por dois anos, mediante o pagamento anual de 120\$000.

Era assim descrita:

“...quinta denominada da fábrica extra muros desta vila que se compõe de pomar de espinho e caroço, poços, tanque, parreiras e casas” (ADSTB, FN, Set, 74/332: 53-54v).

Quem exploraria, então, a fábrica de curtimenta?

Conhecemos outra escritura de arrendamento da referida quinta: a 6 de Junho de 1842, Carlos O’Neill & Companhia arrendaram aquela propriedade a Manuel José, por um biénio, pela renda anual de 120\$000 rs (ADSTB, FN, Set, 75/336, fls. 150-151v).

Entretanto, a fábrica e, por certo, a quinta onde esta se erguia, haviam passado para as mãos de Henrique O’Neill. Na “escritura de partilha amigável dos bens do falecido comendador Henrique O’Neill”, assinada a 20 de Setembro de 1849, a “quinta da fábrica” foi avaliada em três contos de réis (ADSTB, FN, Setúbal, 78/350, fls. 75-79).

Por seu turno, após 1848, a filha de Henrique O’Neill e de Maria Inocência O’Neill<sup>16</sup> – Paulina O’Neill<sup>17</sup> – casaria com o abastado proprietário José de Groot Pombo<sup>18</sup>. Por certo que a quinta a que nos vimos referindo coube ao casal nas partilhas antes referidas.

De facto, a 29 de Outubro de 1854 foi Groot Pombo a dar de arrendamento aquela propriedade, então denominada “quinta da sola”, ao fazendeiro Casimiro Maria, pela renda anual de 96\$000 rs. Atente-se em que:

“O rendeiro ficava obrigado a dar a água precisa para a fábrica do curtume e bem assim não poderá dispor de peixe algum dos que estão nos tanques ou nos poços que ficavam para o senhorio” (ADSTB, FN, Setúbal, 80/356, fls. 50-51).

Pouco depois, Paulina O’Neill de Groot Pombo e seu marido trocaram a dita quinta por uma marinha, sita em Gâmbia, pertencente à mãe daquela – D. Maria Inocência O’Neill – por escritura firmada nas notas do tabelião Agostinho Albino de Faria Picão, a 10 de Dezembro de 1857 (ADSTB, FN, Setúbal, 81/367, fls. 84v-89v). A quinta confrontava, então, com a fazenda de Joaquim da Costa Novais<sup>19</sup>, a norte; com o Campo do Bonfim, a sul; com a Estrada do Quadrado e com terrenos de D. Júlia

de Melo, a este e oeste, respectivamente.

A nova proprietária não perdeu tempo e, por escritura de 28 de Dezembro do mesmo ano, vendeu a “quinta da sola” a Joaquim da Costa Novais (que, recorde-se, já ali tinha, a norte, uma propriedade, como vimos) pela quantia de 1 572\$000 rs. A fábrica da sola ainda é referida. Não se percebe, porém, se a mesma ainda laborava (ADSTB, FN, Setúbal, 81/368, fls. 2-4).

Certo é que num outro levantamento cartográfico (não datado, mas nunca posterior a 1924, ano em que saiu publicado)<sup>20</sup> a “fábrica da sola” já não surge representada nos terrenos irrigados pelas águas do ribeiro do Paraíso, a norte da ermida do Senhor do Bonfim. Este curso de água surge ainda cortado por aquelas duas pontes a que já nos referimos. No local onde se erguera o curtidouro subsistem, parece, algumas construções que lhe terão pertencido (?).

Em 29 de Junho de 1916, “à porta do Tribunal do Comércio de Lisboa” tivera “lugar a arrematação em hasta pública, da propriedade denominada ‘Quinta das Palmeiras’ (...) a qual foi arrolada na falência de Pierre Pessé [sic]”, que se compunha de cinco propriedades. Do lote arrolado fazia ainda parte “o domínio útil de um prazo que se compõe de uma propriedade denominada ‘Quinta da Fábrica’, que consta[va] de casa de habitação, cocheiras, abegoarias, poço, terras de sementeira e pomar de espinho e caroço, foreira (...) a D. Teresa Pais de Sande e Castro, viúva de Jorge de Cabedo Vasconcelos Sardinha da Cunha Castelo Branco do Couto” a qual foi à praça por 8 874\$15 réis (*A Propaganda*, 22-6-1916, p. 3).

Aliás, a breve trecho, os terrenos a norte da capela do Senhor Jesus do Bonfim conheceriam os efeitos da pressão urbanística, inevitáveis numa urbe em acelerado crescimento.

Primeiro, bem a norte, construiu-se o Liceu<sup>22</sup> (hoje Escola Secundária de Bocage), inaugurado em 1949 e assente numa parcela de terreno da Quinta das Palmeiras ou dos Padres (recorde-se que a “fábrica da sola”, em 1819, confrontava, a oeste, com uma “horta da Palmeira”), “numa zona de futura expansão da cidade e já fora dos terrenos aluvionários do Vale do

Livramento” (Figueira, 1999, p. 38).

Depois, seria construído o actual estádio do Vitória Futebol Clube (inaugurado a 16 de Setembro de 1962) em terrenos que, em parte, correspondem à localização do curtidouro setubalense a que nos vimos referindo. Atente-se, em abono do que afirmamos, em que o custo inicial daquela obra seria inflacionado pela passagem, na zona, de um ribeiro, o qual teve que ser coberto, sem que se pusesse em causa o regular funcionamento dessa linha de água (*O Setubalense*, 18-11-2011: VIII; Lopes, 2003, p. 83 e seguintes).

### OUTRAS REFERÊNCIAS A CURTIDOUROS SETUBALENSES

A terminar estes apontamentos sobre a indústria de curtumes setubalense avançaremos algumas notas dispersas, a propósito de outras unidades industriais do género, para as quais temos menos documentação.

Por volta de 1845 terá começado a laborar uma fábrica de tratamento de couros e panos, pertencente à firma Jorge H. Weber & C.<sup>a</sup>, gerida por Jorge H. Weber. Localizava-se no Cerrado da Russa<sup>21</sup>, na Estrada de S. João<sup>22</sup>. Terá sido desactivada em 1850.

Como já anunciámos, a ocupação da zona das Alçaçarias pela indústria de curtumes manteve-se até à segunda metade do século XIX. De facto, a 21 de Agosto de 1866, nas notas do tabelião José Augusto Junqueiro, foi outorgada pelos sapateiros Custódio Crispim e Leonardo Duarte<sup>23</sup>, moradores em Setúbal, uma escritura de dissolução de sociedade de uma fábrica de curtimenta. Diz-se no aludido documento:

“... que tendo ambos feito uma sociedade na fábrica de curtumes, situada na estrada ou Rua Nova de São João [hoje Av. de Manuel Maria Portela], conhecida pela fábrica de polimento, há um ano por simples consentimento e acordo sem escritura que constituísse a sociedade, e apenas pelo arrendamento do edifício, em que ficaram ambos como rendeiros, se achavam agora resolvidos e ajustados a dissolver a mesma sociedade” (ADSTB, FN, Set, 85/397: 83-83v).

O edifício e pertences ficavam na posse de Leonardo Duarte, que continuaria a gerir tudo, como seu. O sócio

Crispim desistia de todos os direitos, tanto nos ganhos como nas perdas, recebendo a quantia de 50\$000 réis, a título de saldo.

Mais tarde, segundo informação de João Carlos de Almeida Carvalho, a 1 de Abril de 1881 começou a laborar na Quinta da Boa Vista, no sítio das Praias, a leste da cidade, uma fábrica de curtimenta, fundada por Lourenço Justino Igreja (ADSTB, APAC, 18/6).

Ainda de acordo com o acima citado Almeida Carvalho, o estabelecimento compunha-se de 17 depósitos de água e de outros materiais donde se extrai o “cortim” ou tanino, medindo cada um 2 m de comprimento por 1,5 m de largo; 2 outros reservatórios para o mesmo fim; casa de enxugo da coirama; moinho de ferro à italiana, para triturar a casca de carvalho; armazém para depósito da dita casca e de outros produtos; telheiro para a actividade dos operários; poço.

A unidade de curtumes de Lourenço Justino Igreja começou a laborar com 6 operários que ali produziam sola e outros diferentes couros de boi, vitela, carneiro, cabra, entre outros, e cordovões.

Não sabemos por quanto tempo terá laborado esta unidade de curtumes.

Em 1957 existiam em Portugal 430 fábricas de curtumes, ocupando 3900 operários. Em Setúbal funcionavam 3 daquelas unidades (uma delas laborava com pelaria de bovinos, enquanto que as restantes não manipulavam aquela matéria-prima), para um total de 28 unidades no distrito de Lisboa (Nunes, 2002).

### NOTAS

1 - “Um dos muitos estudos que espera investigação é o das nossas Alçaçarias, cuja implantação junto das cidades e vilas do país pode ainda ser atestado por inúmeros topónimos existentes. A indústria de couros e pelames, tradicional desde a Idade Média (cujas origens se prendem ao mundo árabe), sofreu uma renovação tecnológica desde os finais do século XVIII, cf. Alberto Iria, “Uma fábrica de curtumes dos finais do séc. XVIII em Vila Real de Santo António”, in: *Indústria portuguesa*, Ano 19, n.º 219, Maio, 1946” (Nota de Jorge Custódio a: Neves, 1983, p. 132-133, n 21).

2 - O mesmo autor referira-se já a esta planta: “Histórias da História. Uma antiga planta de Setúbal”, *A Capital*, 25 de Junho de 1984, p. 5. Foi, em tempos, vulgarmente conhecida por “Rua das Olarias”. Acrescente-se que, por decisão da Comissão

Administrativa Municipal, de 16 de Janeiro de 1917, a antiga Rua das Alcaçarias conheceu a denominação de Rua João de Deus, em homenagem ao poeta e pedagogo do mesmo nome. Por decisão da mesma Comissão, de 3 de Novembro de 1927, aquela artéria tornou ao tradicional topónimo, que perdura. João de Deus (1830-1896) é hoje homenageado toponimicamente numa artéria entre a Rua da Saúde e a Av. Luísa Todi (lado poente).

3- Sobre a cartografia do burgo sadino veja-se a síntese bem documentada de: Pinho & Macedo, 2015.

4 - “O *borzeguim* pertenceu mais à indumentária do século XVI, embora surgisse já pelos finais da centúria de Trezentos: era um sapato decotado, apertado no calcanhar e alargando e arredondando depois para a ponta” (Marques, 1974: 44).

5 - Como se sabe, o Arquivo da Câmara Municipal, foi consumido por um incêndio, na noite de 4 para 5 de Outubro de 1910, aquando da implantação da República.

6 - É assim que aparece designado no documento que citamos. Porém, estamos em crer que se trata do Ribeiro do Paraíso.

7 - Devemos à gentileza do amigo António Cunha Bento a cedência da digitalização deste documento.

8 - Esta indicação está, claramente, incorrecta. O lugar setubalense designado por “saboaria” (ainda hoje) situa-se a poente da Av. Luísa Todi.

9 - Uma vez mais, devemos à amabilidade de António Cunha Bento esta digitalização de documento original pertencente a Francisco Borba. A planta aqui reproduzida, a cores, apareceu já (a preto e branco) em: Almeida Carvalho, *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Vol. VI – Após a Restauração de 1640, Setúbal, Junta Distrital de Setúbal, 1972, intercalada entre as páginas 64-65. Segundo a legenda que ali se lê, o original pertencia ao Eng.º João Botelho Moniz Borba.

10 - Segundo o investigador local João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897) a data da citada Provisão é: 25 de Maio de 1789 (ADSTB, APAC, 21/3).

11 - Carlos O’Neill (1760-1835). Negociante e proprietário em Lisboa e em Setúbal. Filho de John O’Neill (?-1788) e de Valentina Maria Josefa Ferreira. Estudou em França. Casou em Lisboa, a 17 de Setembro de 1784, com Ana João Torlade (1758-1824). Participou em diversas sociedades, muito especialmente na Torlades & C.ª, de Setúbal (1785-1825) e de Lisboa (1795-1821). Fundador da firma Carlos O’Neill & C.ª (1821-1835). Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo (1802). Vice-cônsul dos E. U. A., em Setúbal (c. 1794-1820), e em Lisboa (1797). Ocupou, ainda, os postos de agente consular da França, em Setúbal (1804-1820). Silva Duarte, numa nota a *Uma visita...*, citando H. A. Paludan, dá 1833 como o ano de falecimento de Carlos O’Neill (nota 12, p. 95). Mantemos, aqui, a data apresentada em: Teixeira, 2006: 398.

12 - Segundo o já citado Almeida Carvalho (ADSTB, APAC, 18/1) a fábrica era, então, dirigida por Lassance e Berlas, franceses. O investigador setubalense cita o *Livro da Vereação. 1816-1819*, f. 204v. Note-se que, como vimos, o referido Berlas

possuía algumas propriedades, nas imediações.

13 - Robert Broughton ficou em Setúbal onde, na companhia de seu irmão – Daniel Broughton – estabeleceu um escritório de “ship-chandler”, na Av. Luísa Todi (*O Distrito*, 21-7-1887). Entre 1848 e 1881 foi cônsul britânico, em Setúbal, passando nessa época o consulado para seu filho Henrique, que faleceria muito novo (*O Distrito*, 21-7-1887). Em Setúbal teve, ainda, um depósito de cortiça no qual, a 26 de Maio de 1870, deflagrou um incêndio (*Gazeta Setubalense*, 29-5-1870). Robert Broughton faleceu a 17 de Julho de 1887, com 83 anos (*O Distrito*, 21-7-1887). Também a *Gazeta Setubalense*, de 24 de Julho de 1887, se referiu ao falecimento). Entretanto, em 1840, Robert visitara a Irlanda natal ali casando, na Igreja de São Patrício, da cidade de Cork, com Mary Anne Sexton, que viria a falecer, em Setúbal, em Maio de 1888 (*Gazeta Setubalense*, 27-5-1888). Conhecemos quatro filhos do casal: Roberto Adolfo Broughton, que viria a estabelecer-se em Carcavelos, após ter-se empregado como contabilista da Eastern Telegraph Company; Emília Leonarda Broughton que, a 5 de Setembro de 1868, casaria com José Maria do Patrocínio Meneses Ferro (1850-1904), um dos mais importantes proprietários e lavradores do Concelho (*Jornal de Setúbal*, 6-9-1868); António José Dinis Broughton nascido em Setúbal, a 5 de Julho de 1846, e baptizado na Freguesia de S. Sebastião, a 26 de Agosto do mesmo ano (ADSTB, FP-B, Set.-S. Sebastião, 6326/3: f. 76), que seria um dos primeiros livreiros de Setúbal, ao lado de seu irmão Henrique e que, em data indeterminada, passou a residir em Lisboa, vindo a falecer em Março de 1905, em Setúbal, em casa de sua irmã Emília e, por último, Henrique Carlos Broughton. Sabemos que Henrique, no ano em que abriu a sua livraria (1877), foi substituir Francisco Xavier de Paiva (?-1881) como professor de Inglês, no Liceu Municipal Setubalense (*Gazeta Setubalense*, 13-5-1877). Dois anos mais tarde continuava no lugar. Ao mesmo tempo era nomeado vice-cônsul britânico no porto de Setúbal e seu distrito (*Gazeta Setubalense*, 19-1-1879). Seguindo os periódicos da época, Henrique Broughton – “moço inteligente e instruído” – morreu em Lisboa, a 2 de Abril de 1883, depois de pertinaz enfermidade (*Gazeta Setubalense*, 8-4-1883).

14 - As mais importantes fábricas de curtumes, em Alcântara, por volta de 1848, pertenciam a Ana Maria Nazareth e a António José da Costa – na ribeira de Alcântara; a Domingos da Cunha Fialho, a Ferreira & C.ª, a José António da Mota e a João António de Alcântara (1805-1876) – localizadas na Rua de Alcântara, na Vila Pouca, na Horta Navia e na Rua Velha, respectivamente. Por volta de 1848-1850 existiam unidades de curtimenta na Junqueira, em Belém e em Pedrouços.

15 - Henrique O’Neill nasceu em Setúbal a 18 de Maio de 1794, vindo a falecer na cidade natal, na Quinta de Aranguez, a 27 de Maio de 1849. Foi filho de Carlos O’Neill (1760-1835) e de Ana João Torlade (1758-1824). Estudou na Suécia (1806-1810?). Participou na sociedade Torlades & C.ª, instalada em Lisboa e em Setúbal. Em 1825 casou com Maria Inocência Pinto da Maia (1803-1889). Ocupou inúmeros cargos: vice-cônsul da Dinamarca, em Setúbal (1827-1849) e do Brasil (1827-1835); recebedor geral da

provincia do Alentejo (1834-1835); recebedor geral da provincia da Estremadura (1835-1841) e contador da Fazenda do distrito administrativo de Lisboa (1841-1847). Foi cavaleiro da Ordem de Vila Viçosa (1825) e comendador da Ordem de Cristo (1837). Após a extinção das Ordens Religiosas adquiriu o Convento de S. Paulo, Palmela (Teixeira, 2006: 401). Em 1839 foi na sua Quinta de Aranguez que se hospedou D. Maria II, aquando de uma sua visita a Setúbal, a 29 de Janeiro daquele ano (Alberto Pimentel, *Memória...*, p. 352). Da união com Maria Inocência nasceu Paulina O'Neill (1830-1917) que viria a desposar o proprietário José de Groot Pombo, como veremos.

16 - Filha de Manuel Rodrigues Pinto de Oliveira e de Antónia Margarida da Maia Vasconcelos Palma, Maria Inocência Pinto da Maia nasceu em Évora, a 28 de Dezembro de 1803, e faleceu em Setúbal, na Quinta de Aranguez, a 20 de Maio de 1889. Em 1825 casou com Henrique O'Neill, de quem enviuvou em 1849. Aquando do seu falecimento, o periódico local *O Distrito*, na edição de 20 de Maio, ainda lembrava: "Tão distinta era esta senhora, em nobres qualidades, que foi em sua casa que se hospedou a rainha, a Sr.<sup>a</sup> D. Maria II, quando visitou a nobre vila de Setúbal". Também a *Gazeta Setubalense*, na edição de 26 daquele mesmo mês e ano, se lhe referia como sendo "senhora de aprimorada educação e apreciáveis dotes de espírito e coração". Um seu irmão, acusado de envolvimento na revolta liberal do Porto, em 1828, esteve preso. (Teixeira, 2006: 25, 28, 134, 163, 209 e 406).

17 - Paulina Pinto da Maia O'Neill, única filha do referido casal, nasceu em Setúbal a 11 de Janeiro de 1830, na Quinta de Aranguez, onde faleceria, a 11 de Fevereiro de 1917.

18 - O setubalense José de Groot Pombo era filho do general e comendador Francisco Assis de Groot Pombo e de Maria José de Groot Pombo (?-1871). O registo de óbito aponta o ano de 1906, quando contava 81 anos, pelo que o supomos nascido em 1825. Então, a Assembleia Geral do *Club Setubalense*, por proposta do primeiro secretário João Maria Cardeal Rocha, expressou o profundo sentimento de pesar da agremiação "pondo em relevo os elevados dotes do seu formoso espírito e a honestidade do seu superior carácter, dizendo que S. Exa. fora uma das figuras mais proeminentes da sociedade setubalense" (ACS, *Actas das Sessões da Assembleia-geral (1895-1920)*, fls. 28-28v.). Ainda jovem, em 1850, encontrámo-lo entre os fundadores e animadores da Sociedade de Recreio Familiar que foi a antecedente do ainda hoje existente e activo Club Setubalense, do qual, aliás, seria um dos fundadores (1855). Tornou-se colaborador d'O *Setubalense*, o primeiro periódico local fundado por João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897), em 1855, no qual participaram, também, António Rodrigues Manitto, (1819-1906) e José Sérgio de Capeto Barradas (?-1875). José de Groot Pombo casou com Paulina O'Neill, filha de Henrique O'Neill e de Maria Inocência O'Neill. Daquela união nasceu Maria da Natividade O'Neill de Groot Pombo que, em Fevereiro de 1870, casaria com José Ahrens, elemento de uma numerosa família setubalense, muito activa e ligada à vida social e económica local. Como militante e representante do Partido Regenerador e sendo, por várias vezes, contado entre os 40 maiores contribuintes,

envolveu-se na política local: foi Administrador substituto do Concelho (1871), juiz substituto da Comarca (1874), membro de várias comissões (1879, 1880, 1883, 1892). No ano de 1888 foi um dos iniciadores da Associação Agrícola do Concelho de Setúbal, ao mesmo tempo que enviava à Exposição Industrial Portuguesa, realizada na Avenida da Liberdade, em Lisboa, alguns produtos da sua lavoura: seis frascos com sal de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> cristalizações, provenientes de Gambia e Motrena; 4 garrafas de mel, sendo duas da Herdade de Cabrela e duas do pomar de laranjeiras de Setúbal (*O Distrito*, de 15 de Julho de 1888). Foi dono da "formosa" e "deliciosa" Quinta de Aranguez, onde recebia com fausto, como já se disse. Em 1903 encontramos-o como Presidente da Assembleia Geral da Empresa Setubalense de Banhos.

19 - Joaquim da Costa Novais foi grande proprietário em Setúbal, sendo dono de inúmeras moradias na zona de Algodeia, nas imediações do actual Parque do Bonfim. Terá nascido em 1823, dado contar 68 anos à data do falecimento: 25 de Fevereiro de 1891. Em 1850 foi um dos fundadores da Sociedade de Recreio Familiar, a antecedente imediata do ainda existente Club Setubalense, fundado em 1855. Esteve ligado ao poder local (em 1874, por exemplo, era vereador) e a várias comissões de melhoramentos locais (1874, 1880). Em 1885 foi eleito como suplente de um colégio eleitoral incumbido de nomear quatro Pares do Reino. Em 1886-1887 o nome de Joaquim da Costa Novais consta entre os 40 maiores contribuintes, na área predial.

20 - Raul Proença (Dir.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 656-657.

21 - Setúbal foi a terceira localidade portuguesa a possuir um liceu instalado em edifício construído propositadamente – depois do Liceu José Estêvão, de Aveiro (1860) e do Liceu de Leiria (1894). Foi a 13 de Setembro de 1905 que a Câmara Municipal, então presidida por António José Baptista (1854-1912), deliberou, em sessão pública, a construção de um liceu. Escolheu-se, para esse efeito, a parte sul do Campo do Bonfim, na área hoje ocupada pela Escola Secundária Sebastião da Gama. As obras iniciaram-se em 1906 e a inauguração teve lugar a 7 de Janeiro do ano seguinte. O seu primeiro reitor foi Manuel Neves Nunes de Almeida (n. 1854). Após a implantação da República e depois do conseqüente incêndio do edifício dos Paços do Concelho, então ocorrido, foi no Liceu Bocage que se instalaram os serviços camarários, bem como os da Repartição de Finanças, Polícia e Administração do Concelho, onde ficaram até 1938/1940. Após a elevação de Setúbal a capital de Distrito, ali se instalou, igualmente, o Governo Civil, até 1935. Em 17 de Junho de 1938 as aulas foram suspensas. As fundações do edifício dos CTT, que viria a ser inaugurado a 9 de Novembro de 1941, haviam revelado a fragilidade dos alicerces. A 30 de Abril de 1949, foram inauguradas as instalações do novo Liceu Nacional, na Avenida Dr. António Rodrigues Manitto, hoje Escola Secundária de Bocage.

22 - O antigo Cerrado da Russa (contíguo ao baluarte de Santo António) foi, depois, conhecido por Aldeia do Chinelo. Na zona



rasga-se, hoje, a Rua do Mirante. A origem deste topónimo parece estar num mirante que ali foi construído, em 1887-1888, por Alfredo Leite Miguéns (1848-1937).

23 - Hoje, e por decisão camarária de 13 de Dezembro de 1905, denominada Av. de Manuel Maria Portela, como homenagem ao poeta e prosador setubalense do mesmo nome (1833-1906).

24 - Leonardo Duarte faleceu a 16 de Novembro de 1890, após prolongada doença, quando contava já com 70 anos (*O Distrito*, 20-11-1890). Foi pai do futuro jornalista e pioneiro do republicanismo local Leonardo Duarte Júnior (1859-1915).

25 - Em 1880, Igreja foi um dos proprietários fundadores da Empresa de Recreios Setubalense, a construtora da praça de toiros D. Carlos (1889) – depois, e ainda hoje, denominada Carlos Relvas – e do teatro D. Amélia (1897) – depois rebaptizado como teatro Avenida (1910) e, mais tarde, como teatro Luísa Todi (1915). Em 1881 foi eleito tesoureiro da Associação Setubalense das Classes Laboriosas – uma importante e pioneira associação mutualista local. Em 1890 envolveu-se nas manifestações de repúdio ao *Ultimatum* inglês de 11 de Janeiro. Assim, como forma de protesto contra a atitude da velha aliada, retirou os seguros dos seus empreendimentos da companhia inglesa Norwich Union. Em finais de 1900, por comum acordo com um outro seu associado, desfez a sociedade que girava sob o nome de Igreja & Silva, a qual tinha por objecto a venda de calçado. O activo e passivo da extinta sociedade passou para as mãos de Justino Igreja. Tinha estabelecimento na Rua Serpa Pinto – denominado Cova da Onça – entretanto “reformado com luxo” equiparável ao dos estabelecimentos da capital, segundo as palavras do periódico local *O Distrito*. No ano seguinte expandiu o negócio e abriu uma sucursal daquela casa na aldeia de Oleiros (Azeitão). Ainda em 1901 foi um dos fundadores da Escola Liberal setubalense, instituição afecta a sectores liberais e republicanos. Em 1909 era vereador, em Setúbal, tendo-se encarregado de apresentar ao executivo municipal uma proposta para a criação, nas novas instalações do Liceu Bocage, de um museu regional constituído a partir da colecção que Arronches Junqueiro (1868-1940) oferecera ao município (Mouro & Pena, 2009), da colecção numismática que já existia na Biblioteca, de objectos da antiga Sociedade Arqueológica Lusitana. O museu seria depois enriquecido com outros elementos da fauna, flora, aparelhos de pesca, indústria, mármore e madeiras da Arrábida (*A Mocidade*, 1-1-1909). A questão rapidamente foi transformada em motivo de luta política, acendendo polémica que envolveu os periódicos locais *Germinal*, *Independente* e *O Trabalho*. Gorou-se, afinal, a construção de um Museu de História Natural em Setúbal, em 1909, como era intenção de Junqueiro que, para tal, oferecera as suas colecções. A este empenhamento não foram alheias, por certo, as relações familiares de Justino Igreja. Efectivamente, uma sua filha – Maria José Igreja – casara, em 1911, com Luciano Evaristo de Carvalho (1871-1916) – homem intimamente ligado à imprensa e à política republicana locais e segundo bibliotecário municipal. Por sua vez, Luciano era irmão de Maria Georgina de Carvalho, que casara, precisamente, com Arronches Junqueiro. Lourenço

Justino Igreja faleceu a 2 de Maio de 1913, vitimado por uma lesão cardíaca, quando contava 62 anos.

## BIBLIOGRAFIA

- Albino, J. M. da Rosa (1892) – *Roteiro da cidade de Setúbal*. Elvas: Tipografia Elvense de Samuel F. Baptista.
- Bento, A. M. C. da Cunha (1993) – Ermida do Senhor do Bonfim. In M. da Conceição Quintas (coord.), *Monografia da freguesia de S. Julião*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Bessa, C. S. (1990) – Invasão do Duque de Alba em 1580. Importância e resistência de Setúbal. *Setúbal na História*. Setúbal: LASA.
- Braga, P. D. (1998) – *Setúbal medieval (séculos XIII a XV)*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal/Biblioteca Pública Municipal.
- Caetano, M. T. (2017) – O Rei D. Fernando II e a Arqueologia Portuguesa. Mecenato régio e associativismo patrimonial. *Almadan*, S. II, 21, T. 2, p. 54-62.
- Carvalho, A. (1972) – *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, VI (Após a Restauração de 1640). Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- Castro, Armando de (1999) – Indústria (na Época Contemporânea). *Dicionário de História de Portugal*, III. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975, p. 311-314.
- Custódio, J. (1994) – Alcântara (Indústria). In F. Santana, E. Sucena (dir.) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa.
- Custódio, J. (1983) – Considerações sobre Acúrsio das Neves, os melhoramentos económicos e a industrialização portuguesa. In J. Acúrsio das Neves, *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*. Lisboa: Editorial Quercus.
- (S/A) (2011) – Do Campo dos Arcos ao Estádio do Bonfim. Vitória de Setúbal. 101 Anos de glória. Suplemento d’*O Setubalense*, 18 de Novembro de 2011.
- Figueira, Manuel Henrique (1999) - *O Liceu de Setúbal. Das origens à Escola Secundária de Bocage (1857-1999)*. Setúbal: Escola Secundária de Bocage.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.
- Lopes, J. M. M. (2003) – *Vitória. Do nascimento à glória*. Setúbal: Hemus Livraria.
- Macedo, J. Borges de (1975) – Indústria (na Época Moderna). *Dicionário de História de Portugal*, III. Lisboa: Iniciativas Editoriais, p. 304-311.
- Macedo, J. Borges de (1982) – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, 2.<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Quercus.

- Macedo, J. Borges de (1989) – *A Situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, 3.ª ed.. Lisboa: Gradiva.
- Machado, J. T. M. (1962) – Como surgiu em Portugal a primeira sociedade Arqueológica. Separata de *Arqueologia e História*, S. 8, IX. Deste estudo existe uma 3.ª edição “revista, corrigida e aumentada”, em Santiago do Cacém, 1987. Lisboa.
- Marques, A. H. de Oliveira (1974) – *A Sociedade medieval portuguesa*, 3.ª ed.. Lisboa: Liv. Sá da Costa Editora.
- Marques, A. H. de Oliveira (1975) – Indústria (na Idade Média). *Dicionário de História de Portugal*, III. Lisboa: Iniciativas Editoriais, p. 301-304.
- Moura, F. Pereira de; Dubraz, M. E.; Dores, M. E.; Gonçalves, M. F.; Chaves, J. P.; Oliveira, J. C. (1957?) – *Estudo sobre a indústria portuguesa*. II Congresso da Indústria Portuguesa.
- Mouro, C.; Pena, H. (2009) – Um colecionador de utilidades: António Casimiro Arronches Junqueiro (1868-1940). *Musa. Museus, arqueologia e outros patrimónios*, 3. Setúbal: Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- Neves, J. Acúrsio das (1983) – *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*. Introdução e notas de Jorge Custódio. Lisboa: Editorial Querco.
- Nunes, C. F. (2002) – Indústria de curtumes. Relatório 7.4 do II Congresso da Indústria Portuguesa, 1957. Torrinha, Francisco, *Dicionário de Língua Portuguesa*, actualizado por Isabel Casanova, Lisboa, Editorial Notícias, 3.ª ed.
- Pereira, F. A. B. (1990) – A mais antiga planta de Setúbal. *Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*. Setúbal: Escola Superior de Educação/ Instituto Politécnico de Setúbal.
- Pimentel, A. (1877) – *Memória sobre a história e administração do município de Setúbal*. Deste trabalho há uma reedição em *fac-símile*, pela Câmara Municipal de Setúbal, em 1992, com prefácio de Albérico Afonso da Costa Alho. Lisboa: Tipografia de G. A. Gutierres da Silva.
- Pinho, I. Gato de; Macedo, I. P. Sousa de (2015) – Da traça de Terzi ao plano Aguiar. Quatro séculos de estratégia urbana. *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Urbana*. Braga, p. 183-201.
- Portela, M. M. (1915) – *Diário histórico setubalense*. Setúbal.
- Soares, J.; Silva, C. (1985) – *Quintas de Setúbal: valores culturais*. Setúbal: DEPA-Centro de Estudo e Defesa do Património Histórico do Distrito de Setúbal.
- Sobral, C. M. V. N. (2003) – A Identidade do portal da gafaria. *O Setubalense*, 17 de Janeiro.
- Teixeira, P. O'Neill (2006) – *Amigos da Dinamarca. Um olhar sobre a vida nas sociedades portuguesa e dinamarquesa do século XIX*. Lisboa: Tribuna da História.
- Viterbo, Fr. J. de Santa Rosa de (1999) – *Elucidário das palavras, termos e frases...*, I, 2.ª reimpressão. Porto-Lisboa.

